

Notas e informações*Out 3*
Falsa solução e crise

Louve-se o presidente José Sarney por não haver colocado a serviço de sua pretensão presidencialista a máquina de fazer votos do Executivo — pelo menos nessa fase dos trabalhos constituintes. Se s. exa. irá ou não reservar munição para a batalha do plenário, é outra coisa; no momento, o que importa é registrar que a Comissão de Sistematização aprovou a introdução de novo sistema de governo, e que caberá ao plenário decidir, dando "sim" ou "não" à idéia. Mais do que indagar se o presidencialismo é melhor para o Brasil do que o parlamentarismo, o presidente deveria procurar saber se seu governo terá condições de credibilidade para reverter, no plenário da Assembléia Nacional Constituinte, a tendência majoritária em comissão. A questão não é de somenos, pois o problema da credibilidade — assunto que se presta a juízos subjetivos, mas que apresenta inegavelmente aspectos objetivos — está na ordem do dia, sendo provável que daqui até a votação em plenário o crédito do Executivo esteja tão baixo que de nada adiantarão as promessas de emprego ou as ponderações de ordem doutrinária para converter os constituintes à boa tese presidencialista.

Essa tese, aliás, sempre foi a nossa, antes mesmo de o presidente José Sarney manifestar tanto empenho pelo exercício do poder, a ponto de dar o golpe de Estado de 18 de maio e abrir caminho para que a crise de autoridade ameace transformar-se em aberta crise de poder. A questão, porém, não é saber se o presidencialismo é melhor do que o parlamentarismo; se o governo parlamentar pode adaptar-se ao Brasil ou não; se as fórmulas excogitadas para restabelecer o prestígio dos deputados e senadores se conciliam com a determinação dos ministros militares de não se sujeitarem à flutuação de humor dos parlamentares. Sem o saber, os membros da Assembléia Na-

cional Constituinte correm o risco de estar repetindo a história à sua maneira, isto é, votando o parlamentarismo para evitar o pior. Repetindo a história, sim, pois em 1961, para evitar-se o pior na seqüência da renúncia do sr. Jânio Quadros, também se instalou um sistema parlamentar de governo.

Quanto tempo durou esse sistema? O suficiente para o sr. João Goulart ganhar forças e, por via de lei ordinária, fixar plebiscito em data diversa daquela estabelecida por emenda constitucional. Depois, foi só esperar o desenrolar dos acontecimentos e o espoucar da crise, em 1964.

Em 1961 ou 1962 (data do plebiscito) e hoje o problema não residia no sistema político, mas nos homens e nos partidos. Hoje mais do que ontem — pois hoje, como todos sabem (embora muitos não falem), a representação chegou a um dos níveis mais baixos de sua história, seja pelo despreparo dos congressistas (ainda vivemos com um Congresso) para discutir os graves problemas em que se debate o País, seja pela sofreguidão com que disputam prebendas, seja pelo desprezo ao eleitorado. Não será possível ter um sistema parlamentarista com um Parlamento que não se reúna — ou por acaso os atuais membros do Congresso Nacional, pelo simples fato de serem transformados em membros do Parlamento brasileiro, serão mais assíduos e melhorarão seu nível de conhecimento dos problemas nacionais? Ou pelo simples fato de mudarem de nome, deixarão de lado as quizílias que determinaram essa farsa que foi a reforma ministerial? Ou cuidarão de destinar cada ministério a um especialista, em lugar de reservá-lo ao amigo da maioria de turno?

Quando dissemos há dias que o governo instalado a 15 de março de 1985 tinha esgotado suas virtualidades, esquecemo-nos de acrescentar que a

classe política brasileira se vinha deteriorando e a que hoje nos dirige não tem nenhum compromisso com o regime *do povo, pelo povo e para o povo*; no momento presente, vige a divisa: "Mateus, primeiro os teus". Em todos os níveis. Ou alguém ignora que em todo o País — União, estados e municípios — os parentes e amigos são preferidos para ocupar cargos? Ou se desconhece que um artigo da futura Constituição recebeu jocosamente o apelido do filho do presidente da República, que é deputado federal? Que diferença fará, afinal, o parlamentarismo, se é o Congresso Nacional que, por intermédio da influência do dr. Ulysses Guimarães, impõe a política que se deve seguir neste ou naquele setor? Nenhuma. É provável que as coisas fiquem mais transparentes, o que significa dizer que talvez se desvele com maior presteza a falência da classe política.

Esse é o problema. Não será o controle do Executivo pelo Congresso ou o estabelecimento do regime parlamentar que modificará as coisas. Elas só se alterarão quando for dado ao povo, que finalmente parece ter atentado para o fato de estar sendo vítima do mau governo do Executivo e da classe política, a oportunidade de reformular de alto a baixo as estruturas de poder da Nação. Isso só poderá ser feito pela convocação de eleições gerais já — hoje mesmo se possível — para renovação de todos os cargos eletivos do Brasil, sem exceção de um só. Depois que se tiver de fato apurado a vontade do povo — livre das peias dos partidos políticos —, será possível saber se o Brasil necessita do sistema presidencialista, do sistema parlamentarista ou de um sistema híbrido. Até lá, qualquer decisão será apenas um subterfúgio da classe política, que, como o avestruz, esconde a cabeça na areia macia das mordomias para não ver os furacões a que se referiu o general Leônidas Pires Gonçalves.